

DO INFERNO VERDE À MARGEM DA HISTÓRIA: INTERLOCUÇÕES ENTRE ALBERTO RANGEL E EUCLIDES DA CUNHA

FROM GREEN HELL TO THE EDGE OF HISTORY: INTERLOCUTIONS BETWEEN ALBERTO RANGEL AND EUCLIDES DA CUNHA

Mauricio Nascimento Braga*

Marcos Frederico Krüger Aleixo**

RESUMO: As representações da Amazônia foram construídas a partir das concepções de mundo dos estrangeiros, que projetaram sobre ela o seu imaginário. Por conseguinte, a região esteve suscetível historicamente a diversos preconceitos oriundos de preceitos civilizatórios externos a sua realidade. Séculos após a chegada dos primeiros europeus ao continente americano, essas concepções enviesadas sobre a Amazônia continuaram ecoando. É o que mostram algumas obras do início do século XX, dentre as quais são exemplos o livro de contos *Inferno Verde*, de Alberto Rangel, e o livro de crônicas-ensaísticas *À margem da História*, de Euclides da Cunha. Em ambos, nota-se juízos de valor análogos aos dos primeiros navegantes que aportaram na Amazônia. Propomos, então, neste estudo, uma análise em cotejo dos livros *À margem da História* e *Inferno Verde*, a fim de deslindar como o discurso ideológico se articula com um panorama discursivo geral.

PALAVRAS-CHAVE: *Amazônia; Euclides da Cunha; Alberto Rangel.*

ABSTRACT: Representations of the Amazon were built from the foreigners' world conceptions, who projected their imaginary on it. Consequently, the region has been historically susceptible to various prejudices arising from civilizing precepts external to its reality. Centuries after the arrival of the first Europeans to the American continent, these skewed conceptions about the Amazon continued to echo. This is shown by some works from the beginning of the 20th century, among which are the book of stories *Green Hell* (in Portuguese, *Inferno Verde*), by Alberto Rangel, and the

* Graduado em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Artes da Universidade do Estado do Amazonas (PPGLA-UEA). E-mail: mauricio96braga@gmail.com.

** Mestre em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982). Doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1997). E-mail: maleixo@uea.edu.br.

book of essay-chronicles *On the margins of History* (in Portuguese, *À margem da História*), by Euclides da Cunha. In both, there are value judgments similar to those of the first navigators who landed in the Amazon. In this study, we propose an analysis of the books *On the margins of History* and *Green Hell*, in order to unravel how the ideological speech, fruit of the collective imagination about the Amazon, articulates with a general discursive panorama.

KEYWORDS: *Amazon; Euclides da Cunha; Alberto Rangel.*

INTRODUÇÃO

A Amazônia tem despertado ao longo da História o interesse de muitos intelectuais. Cronistas, cientistas e escritores de diversos locais se debruçam sobre ela desde a colonização. Com efeito, a representação da Amazônia no imaginário coletivo foi construída pelos estrangeiros, que a tornaram objeto de seus olhares.

Por conseguinte, foram transplantados para a Amazônia mitos e estigmas oriundos de outras localidades. Daí a afirmação feita por Gondim (2019, p. 13) de que a Amazônia, ao invés de ter sido descoberta, como se propaga no senso comum, foi na verdade inventada, “a partir da construção da Índia, fabricada pela historiografia greco-romana, pelo relato dos peregrinos, missionários, viajantes e comerciantes”.

Assim, cada grupo que aportou na região a leu utilizando os seus próprios conhecimentos de mundo, isto é, o prisma da cultura europeia, com suas concepções do exotismo das terras fora da Europa, sobretudo indianas e asiáticas.

Séculos após a chegada dos primeiros navegadores, os pareceres sobre a Amazônia não sofreram grandes alterações. É o que atestam algumas obras do início do século XX. Entre elas, são exemplos o livro de contos *Inferno Verde (cenas e cenários do Amazonas)*, publicado em 1908, e o livro de crônicas-ensaísticas *À margem da História*, datado de 1909. O primeiro de autoria de Alberto Rangel, ao passo que o segundo é fruto da pena de Euclides da Cunha. Analisaremos, neste estudo, essas duas obras, cotejando-as, a fim de identificar a (re)produção do discurso que tem caracterizado a Amazônia, o qual reverbera ainda na contemporaneidade.

Rangel e Euclides possuem aproximações não apenas em suas obras, mas também em suas biografias. Rangel nasceu em Recife (PE), a 29 de maio de 1871, e morreu em Nova Friburgo, a 14 de dezembro de 1945. Já Euclides da Cunha nasceu no município de Cantagalo (RJ), em 20 de janeiro de 1866. Sua morte, em uma tragédia envolvendo o amante de sua esposa, ocorreu no Rio de Janeiro em 15 de agosto de 1909, causando grande comoção pública. A vida desses dois escritores se cruza na Escola Militar da Praia Vermelha, localizada na capital carioca, onde ambos estudaram e se tornaram engenheiros. Após o período da escola, seguiram caminhos diversos. Euclides exerceu atividade jornalística, que o possibilitou cobrir a Guerra

de Canudos em 1897 nos sertões do Estado da Bahia. Dessa experiência, escreveu o livro *Os Sertões*, publicado em 1902, onde narra o confronto entre os seguidores de Antônio Conselheiro e o Exército brasileiro. Tal obra o consagrou como escritor, de modo que no ano seguinte foi nomeado à Academia Brasileira de Letras. Paralelo às atividades de escritor e jornalista, manteve a atuação como engenheiro. Destacou-se, assim, como intelectual. Em 1905 e 1906 esteve na Amazônia chefiando uma comitiva de mapeamento do rio Purus, cuja finalidade era estabelecer as fronteiras entre Brasil e Peru. Foi nesse período que escreveu os textos que compõem *À margem da História*. E também foi nesse período que reencontrou Alberto Rangel.

Alberto Rangel, por sua vez, desempenhou, como Euclides, atividades paralelas à engenharia. Foi comandante durante a Revolta da Armada; ocupou cargos públicos, como secretário, no governo do Amazonas; e atuou como diplomata em consulados brasileiros na Europa. Tinha uma grande admiração por Euclides, que o inspirou na literatura, tanto em nível de conteúdo quanto de forma, pois herdou dele o apreço pela sintaxe de períodos longos. Ademais, Euclides prefaciou o *Inferno Verde*.

Considerando a afinidade entre os dois autores, sobretudo no âmbito ideológico, o *Inferno Verde* e *À margem da História* possuem muitos pontos em comum. Para além da subjetividade de ambos, pesa o momento histórico em que estavam inseridos. Assim, os seus discursos, longe de serem restritos, se inserem em um panorama geral sobre a Amazônia, dialogando com outros discursos engendrados por uma tradição de viés colonialista.

Logo de início, um elemento revelador é o título das obras. *À margem da História* já aponta a posição periférica ocupada pela Amazônia. Além disso, reproduz a visão da região como um espaço a-histórico. Visão essa que Euclides ainda salienta ao intitular a primeira parte da obra como “Terra sem história (Amazônia)”. Reside nisso, certamente, a ideia propagada na época de que a História era feita apenas pelos povos considerados “evoluídos”. Civilizações que eram tidas como “primitivas” não faziam História, na concepção da sociedade científica na qual Euclides e Rangel se inseriam. Os “primitivos”, de acordo com esse julgamento racista, viviam em situação análoga aos dos animais, que são seres considerados a-históricos.

Essa percepção positivista adveio para Euclides “durante o seu período de formação acadêmica, da forma a mais próxima e comprometida possível”. Euclides sorveu o comtismo “diretamente de seu divulgador mais apaixonado e convicto – Benjamin Constant, por duas vezes seu professor, no Colégio Aquino e na Escola Militar da Praia Vermelha” (SEVCENKO, 2003, p. 143).

Já o título *Inferno Verde* ecoa outro aspecto que remonta à colonização. Os europeus chegaram à América com a crença de que existia, escondido nas matas, um lugar de opulência, fosse o Eldorado ou o próprio jardim do Éden. Essa crença, por vezes, cedia espaço a uma outra imagem do imaginário místico: o inferno, repleto de monstros fantásticos que, algumas vezes, eram confirmados pelos próprios indígenas que habitavam a América, como estratégia

de afastar os invasores. De uma forma ou de outra, são reflexos da mitologia judaico-cristã que pautou os juízos sobre a Amazônia desde a chegada dos colonizadores.

À luz dessas interlocuções, deslindaremos a seguir os elementos de aproximação entre *Inferno Verde* e *À margem da História*, fazendo, para tanto, um percurso semelhante ao proposto pelos autores: partindo do espaço até chegar ao indivíduo e suas ações.

O ESPAÇO AMAZÔNICO

As obras de Euclides da Cunha e Alberto Rangel convergem, logo de início, na construção do espaço. Ambas irão partir das características do meio para explicar tanto a constituição dos indivíduos que o compõem, quanto os fatos que se desenrolam nele. É o que fez Euclides da Cunha quando organizou *Os Sertões* em três partes: a Terra, o Homem e a Luta, estabelecendo uma correlação geográfica, étnica e histórica. Do mesmo modo, Alberto Rangel, nos contos de *Inferno Verde*, parte da descrição do cenário para em seguida apresentar os personagens e, finalmente, narrar a ação. Começamos, portanto, pelo espaço.

Em “Impressões gerais”, primeiro texto de *À Margem da História*, Euclides da Cunha revela um olhar de desapontamento em relação à Amazônia. As imagens exuberantes das descrições dos cronistas e cientistas que passaram pela região não condizem, para o autor, com a realidade. Ao contrário do que esperava, Euclides encontrou uma paisagem monótona, segundo o seu julgamento. Isso devido ao caráter plano da topografia, juntamente com a homogeneidade da natureza, a despeito da diversidade de suas espécies. Revela Cunha (2019, p. 38): “ao defrontarmos o Amazonas real, vemo-lo inferior à imagem subjetiva há longo tempo prefigurada”. Daí se confirma que há uma Amazônia inventada no imaginário coletivo. E essa Amazônia por vezes se choca com o seu objeto real, como ocorreu com Euclides. Também se depreende que as representações da Amazônia, em nível teórico ou estético, foram estabelecidas pelo prisma estrangeiro, que colocaram a região sob o signo do exótico. Isso implicou também vários estigmas, estipulados a partir de uma régua civilizatória externa à sua realidade.

A tal respeito, Freyre (1966, p. 28) esclarece:

Euclides da Cunha nunca nos põe diante de simples e perfeitas fotografias nem de sertanejos e de sertões; nem de seringueiros e seringais – fotografias reunidas para que ele apenas as colorisse a mão; e assim coloridas, mas sem retoques nos traços, constituíssem o material científico de algum vasto gabinete de identificação que em vez de policial, fosse sociológico. [...] Nos seus ensaios, ele nos põe diante de retratos de homens e de interpretações de paisagens traçados por uma técnica singularmente sua em que ao impressionismo se acrescenta por vezes um expressionismo arrojado e personalíssimo.

Já Rangel, transpondo a monotonia de um primeiro olhar, salienta os contrastes da terra. Tomando um igapó como metonímia da região, o autor aponta:

Se em conjunto, nele paira a chata melancolia exalante do fundo de um igapó formidável; em pormenor, esse máximo brejo geográfico surpreende, alarma e deslumbra, envenena e vivifica, desnorteia e acalma, liberta e agrilhoa. O Amazonas... ao mesmo tempo terra virgem e violada, afogante e desvendadora... capaz de excitar ódios e de apaixonar loucamente (RANGEL, 2008, p. 75-76).

Tal jogo de antíteses exemplifica a forma como Rangel retrata a Amazônia ao longo dos onze contos de *Inferno Verde*. Neles, “A Amazônia [...] é também a protagonista (ou antagonista, dependendo do ponto de vista)” (KRÜGER, 2008, p. 11). Ela, portanto, ocupa uma posição ambígua. Ora defende os seus habitantes, ora se volta contra eles. Segundo o narrador do conto “O Tapará”, “[o caboclo] tem nos lagos recônditos, em que pelo baixo Amazonas se engolfa o sobejo das águas, descidas dos afluentes ou precipitadas do céu, as suas praças fortes, onde só um investimento secular, quem sabe? o pode ir aniquilar” (RANGEL, 2008, p. 45). Tal descrição parece ecoar o trauma de Canudos. A Amazônia é uma fortaleza como o foram as caatingas para os seguidores de Antônio Conselheiro, de modo que o sertão amazônico de Alberto Rangel parece estar prefigurado no sertão nordestino deslindado por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Nesse segundo, também “a natureza compraz-se num jogo de antíteses” (CUNHA, 2016, p. 80).

No último conto de *Inferno Verde*, homônimo ao livro, Rangel reserva à própria Amazônia a missão de falar, por si mesma, sobre seus atributos contraditórios. Surge então a presença de dois elementos opostos, mas que, nesse contexto, não se anulam: Paraíso/Inferno. É o que demonstra o seguinte trecho da fala da Amazônia: “Fui um paraíso. Para a raça íncola nenhuma pátria melhor, mais farta e benfazeja [...] Inferno é o Amazonas... Inferno verde do explorador moderno, vândalo inquieto [...]” (RANGEL, 2008, p. 162-3).

Assim, a região, que no prefácio do *Inferno Verde* foi chamada por Euclides da Cunha de “Esfinge”, parece desafiar a lógica. Resiste tanto a quem decide explorá-la fisicamente, como a quem pretende explorá-la em um plano teórico. Não admira, portanto, o incomodo do autor de *Os Sertões* diante de um objeto inapreensível em sua totalidade, indo de encontro ao seu pensamento cientificista. Não à toa, no prefácio supracitado, Euclides reiterou diversas vezes a obscuridade do lugar. Ele afirma: “Amazônia, ainda sob o aspecto estritamente físico, conhecemo-la aos fragmentos” (CUNHA, 2008, p. 21). No plano extrafísico também não é diferente. Sua formação social e histórica era desconhecida dos homens de outras regiões, ao ponto de Euclides abordar a Amazônia como um espaço a-histórico. Pensando nesses homens, que serão os leitores de *Inferno Verde*, Cunha (2008, p. 24) se antecipa na defesa de Alberto Rangel: “[Em o *Inferno Verde*] o que [...] é fantástico e incompreensível, não é o autor, é a Amazônia...”. Esse espaço, longe de ser mero palco, afeta os indivíduos em diversos níveis. Um

fator que compõe o meio, por exemplo, e que vem sendo alvo de críticas ao longo da História é o clima. Este, na região norte, é quente e úmido, o que levantou teses científicas desde a colonização, associando-o aos hábitos culturais dos povos originários, os quais eram tidos como letárgicos. Isso porque na região se desenvolveu, nos interiores, uma forma particular de produção, ligada à própria subsistência. Ou seja, à margem da lógica mercantil, bem como da superacumulação promovida pelo capitalismo. Ainda sobre o clima, Euclides da Cunha (2016, p. 105) já tecia considerações sobre ele em *Os Sertões*:

[...] o português no Amazonas, se foge ao cruzamento, no fim de poucas gerações tem alterados os caracteres físicos e morais de uma maneira profunda, desde a tez, que acobreja pelos sóis e pela eliminação incompleta do carbono, ao temperamento, que se debilita despido das qualidades primitivas [...] Isto não acontece em grande parte do Brasil central e em todos os lugares do sul.

Mesmo na maior parte dos sertões setentrionais o calor seco, altamente corrigido pelos fortes movimentos aéreos provindos dos quadrantes de leste, origina disposições mais animadoras e tem ação estimulante mais benéfica.

Além da perspectiva problemática de Euclides sobre a mestiçagem, oriunda de uma leitura positivista do darwinismo, que separava as raças em superiores e inferiores, sobressai, nesse excerto, a crença de que o meio em que o indivíduo se insere, segundo o autor, o transmuta até em aspectos subjetivos.

Euclides aborda a questão do clima em *À margem da História* no texto “Um clima caluniado”, onde aponta um aspecto positivo dele na sua visão. Esse aspecto é a eliminação dos considerados fracos, o que “denuncia os efeitos de um processo seletivo” (CUNHA, 2019, p. 92). Assim, Euclides retifica sua visão ideológica, baseada na evolução das espécies. O clima assume um caráter esterilizador. Exterminava os que não estavam aptos fisicamente para o trabalho, bem como os que se perdiam em vícios alcoólicos. Tal posição moralista de Euclides revela sua formação comtiana. Segundo ela, os indivíduos deveriam estar voltados para o desenvolvimento da sociedade. Todos aqueles que eram tidos como improdutivos eram considerados empecilhos para o fluxo evolutivo do país. E o indivíduo definido como produtivo era o tipo positivista: homem urbano, versado no conhecimento científico. Ou, quando não, o homem que se submete aos ditames da ciência, empregando sua força física em prol dela, sem questionar. Seja então intelectual ou fisicamente, todos tinham uma obrigação com a sociedade e, em última escala, com a humanidade em geral. É em consonância com esse pensamento que Euclides faz um elogio ao clima amazônico, colocando-o como um exterminador de párias, isto é, de pessoas que não contribuíam para o progresso da sociedade científica:

A cada deslize fisiológico ou moral, antepõe-se o corretivo da reação física. E chama-se insalubridade o que é um apuramento, a eliminação generalizada dos incompetentes. Ao cabo verifica-se algumas vezes que não é o clima que é mau; é o homem (CUNHA, 2019, p. 93).

Já se revela, pois, o combate da natureza contra o homem, que caracterizará a obra de Alberto Rangel também. Na visão euclidiana, usando como paralelo o darwinismo, os seres que não se adaptam estão fadados à extinção. E, no seu momento histórico, isso significava se adaptar à civilização da chamada etapa positiva. A frase “estamos condenados à civilização” (CUNHA, 2016, p. 97) o revela. Quem não se adequasse aos “novos tempos”, segundo os positivistas, teria o mesmo destino das espécies que não acompanharam as mudanças de suas eras. Euclides, portanto, acreditava que o clima já tinha dado início a esse processo:

[O clima] policiou, saneou, moralizou. Elegeu e elege para a vida os mais dignos. Eliminou e elimina os incapazes, pela fuga ou pela morte. E é por certo um clima admirável o que prepara as paragens novas para os fortes, para os perseverantes e para os bons (CUNHA, 2019, p. 100).

A terra, então, estaria interligada à constituição de seu povo, de modo que se ela fosse abundante exigiria o mínimo possível de seus habitantes, ao passo que se fosse desafiadora formaria homens resistentes. O mesmo defendia Alberto Rangel (2008, p. 106), que, ao relatar o embate entre os nordestinos que chegavam à Amazônia para o trabalho nos seringais, e os caboclos, vai apontar que os segundos estavam em desvantagem: “Misérias insondáveis [...] impeliram [os nordestinos] à luta, enquanto que o caboclo, amolentado na capua de águas piscosas e terras ferazes, não poderia sustentar o embate das legiões que traziam fome”. A pobreza, oriunda do descaso governamental, se apresenta assim como qualidade, qual um elemento de aprimoramento dos indivíduos. Dessa forma, se percebe a afinidade ideológica entre os dois autores. Mas isso não se restringia apenas a eles. Tal forma de pensar era amplamente difundida, como um truísmo, pelo meio científico da época em que se inserem, o que pode ser percebido na análise da obra de outros escritores que foram seus contemporâneos. À guisa de exemplo, Monteiro Lobato (2009, p. 172) no texto “Urupês”, publicado no jornal *O Estado de São Paulo* em 23 de dezembro de 1914, assinala: “O vigor das raças humanas está na razão direta da hostilidade ambiente”. Logo, Euclides da Cunha e Alberto Rangel refletem, na verdade, o juízo cientificista da sociedade brasileira de fins do século XIX e início do XX, ao invés de meros pareceres subjetivos.

Nesse viés, e considerando, portanto, as características da terra, que entenderemos os indivíduos. O estudo destes não pode prescindir daquela. A Amazônia, em toda a sua ambiguidade, que ora acolhe, ora se vinga, engendra uma variedade de relações entre os personagens que a habitam. Sobretudo em três tipos: o nativo, caboclo ou indígena; o nordestino, “soldado da borracha”; e o explorador estrangeiro.

○ HOMEM AMAZÔNICO

A presença humana na Amazônia foi, ao longo da História, vista como uma inadequação civilizatória. O caboclo, na vasta região, costuma construir sua morada no isolamento, afastado das comunidades, cercado pela mata fechada e pelo rio. Quando, em outros casos, decide viver em povoados, estes se figuram como espaços simples, onde se estabelecem relações análogas às domésticas, como se fossem um prolongamento do meio familiar. Tal inadequação só é assim definida por tomar como regra o modelo dos centros urbanos. Acreditava-se que esse modelo era o natural na modernidade, e tudo que fugia a ele era uma inadequação. O brasileiro citadino, portanto, reproduzia a mesma lógica empregada pelos europeus durante o período da colonização, onde o estilo de vida usado como padrão era o do velho continente, não se admitindo formas sociais alternativas. Cunha (2019, p. 147), inclusive, vai associar em *À margem da História*, no texto “Brasileiros”, a vida fora das cidades a um influxo evolutivo: “Há uma involução lastimável no homem perpetuamente arredio dos povoados, errante de rio em rio, de espessura em espessura, sempre em busca de uma mata virgem onde se oculte ou se homizie como um foragido da civilização”.

Soma-se a isso o fato de os estrangeiros taxarem o indivíduo local como preguiçoso, uma vez que ele estava alheio ao ideal desenvolvimentista das metrópoles, que adentravam àquela altura ao modo de produção capitalista. Entretanto, esse epíteto remonta também à colonização, quando os europeus, partindo da forma como o mundo do trabalho se organizava no seu continente, julgaram a organização das tribos indígenas inferior por não ser lucrativa para o seu sistema mercantil. Percebe-se, então, que os preconceitos acabam se enraizando, de modo que sobrevivem ao tempo, reverberando séculos depois. Gondim (2019, p. 70) assinala: “A preguiça será também usada como uma das justificativas da empresa colonialista em terras brasileiras, amazônicas, vista como um dos entraves de transformação regional. Trará também a ideia da inferioridade racial do norte brasileiro”. Assim, desde a chegada dos colonizadores, se utilizam argumentos morais para legitimar intenções financeiras. Ou, ainda, argumentos pretensamente biológicos, atrelando a raça à capacidade física e, sobretudo, mental dos indivíduos. Na esteira desse discurso, os exploradores propagavam, com o apoio do meio científico, que os povos que habitavam a Amazônia eram incapazes biologicamente de desenvolvê-la, sendo então necessária a intervenção externa, das raças tidas como “superiores”.

A forma como o indígena era visto pelo estrangeiro é evidenciada no conto “Decana dos Muras”, do livro de Alberto Rangel. Se os Muras eram tidos no passado como um povo guerreiro, Rangel coloca a etnia, representada por uma anciã, como anacrônica, e sem qualidades físicas e mentais. Parece se contrapor, então, à literatura indianista. Se antes os nativos eram cultuados por atributos dos cavaleiros europeus que lhes eram postos, no início do século XX os autores acreditavam estar rompendo a idealização ao fazerem uma descrição empírica. No entanto, estavam apenas substituindo as idealizações, da indianista para a colonialista,

sendo esta última a que negava o caráter humano dos indígenas. Note-se a descrição feita por Rangel (2008, p. 85-86) da decana mencionada:

Era uma mulher da cor de barro cru, enorme, adiposa, envolvendo a nudez asquerosa, d´evidências repugnantes, no curto trapo [...] Quase não se lhe viam os olhos embaciados, na face ferrosa. A boca murcha e sem lábios [...] No rosto, cruelmente chato, a pele toda enrugada, tal o epicarpo de jenipapo maduro. O colo era revestido de pelancas nojentas [...] As pernas arqueadas aguentavam mal o montão de banha flácida, coberta de escaras, como dois troncos caraquentos e deformados de envireiras.

Após essa retratação física, onde salienta os aspectos que se opõem ao modelo guerreiro, o autor a desqualifica também no plano intelectual:

Essa informe e longeva criatura nem devia ter recordações, nem saudades. De tanta sobrecarga do passado, o cérebro espessara-se-lhe, massa oprimida onde não caberia mais, desde há muito, nenhum clarão imaginativo. A mulher era um vegetal apenas. Vivia bronca, pesada e inerte [...] Com total cegueira no baixo determinismo das vidas inferiores, o instinto banal e forte de conservá-las! (RANGEL, 2008, p. 87)

Para evidenciar que não estava se referindo apenas àquela personagem, mas sim ao tipo que ela representa como um todo, Rangel lança mão do princípio determinista, englobando os indígenas em geral, tendo em vista que são oriundos do mesmo meio. Assim, Rangel anula a decana e, por extensão, os indígenas como um todo na integralidade de seus aspectos. Mesmo a parte dos sentimentos não escapa, pois é dito sobre a Mura que “Nem complicações sentimentais, nem vertigens de pensamentos. No corpo obeso e medonho, o coração limitava-se a ser uma caixa de válvulas avariadas [...]” (RANGEL, 2008, p. 88). Tal discurso também é uma herança dos tempos de colonização. Os indígenas eram tratados como não humanos para legitimar o domínio dos europeus, que os subjogavam. Durante esse período se difundia que o indígena não possuía alma, o que era o aval da Igreja aos extermínios que dizimavam tribos inteiras. Se o indígena não era à imagem e semelhança do deus europeu, então não podia ser humano. Essa visão preconceituosa, como se pôde perceber, sobreviveu até os tempos da cientificidade, embora despida de seu aspecto religioso. E ela está igualmente presente em *À Margem da História*. No texto “Os caucheros”, lê-se a seguinte descrição de um indígena:

Piro, amahuaca ou campá, não se lhe distinguia a origem. Os próprios traços da espécie humana, transmudava-lhos a aparência repulsiva: um tronco desconforme, inchado pelo impaludismo, tomando-lhe a figura toda, em pleno contraste com os braços finos e as pernas esmirradas e tolhiças como as de um feto monstruoso [...] Esta cousa indefinível que por analogia cruel sugerida pelas circunstâncias se nos figurou menos

um homem que uma bola de caucho ali jogada a esmo, esquecida pelos extratores (CUNHA, 2019, p. 120-121).

O autóctone assim é posto como indigno da sua própria terra, devendo cedê-la a outrem. Evidentemente, essa colocação é construída pelo próprio conquistador. Além do indígena, os nordestinos, que vieram em massa para os seringais, também são colocados como não merecedores da Amazônia. Tais afirmativas podem ser constatadas, em relação aos indígenas, em diversas passagens de *À Margem da História*, como a seguinte:

A Amazônia selvagem sempre teve o dom de impressionar a civilização distante. Desde os primeiros tempos da Colônia, as mais imponentes expedições e solenes visitas pastorais rumavam de preferência às suas plagas desconhecidas. [...]

As partidas demarcadoras, as missões apostólicas, as viagens governamentais, com as suas frotas de centenas de canoas, e os seus astrônomos comissários apercebidos de luxuosos instrumentos, e os seus prelados, e os seus guerreiros, chegavam, intermitentemente, àqueles rincões solitários, e armavam rapidamente no altiplano das “barreiras” as tendas suntuosas da civilização em viagem. Regulavam as culturas; poliam as gentes; aformoseavam a terra.

Prosseguiam a outros pontos, ou voltavam – e as malocas, num momento transfiguradas, decaíam de chofre, volvendo à bruteza original (CUNHA, 1966, v. I, p. 229).

Na obra de Rangel, o discurso proferido pela região amazônica, ao qual já nos referimos, no último conto do *Inferno verde*, é expressivo da impossibilidade dos migrantes nordestinos. Nessa narrativa, os seringueiros são responsabilizados pelos conflitos humanos na região, a despeito de serem um grupo explorado em situação análoga à escravidão. O seu embate com o caboclo perpassa a obra, como no conto “Obstinação”, em que um nordestino, Roberto, exerce domínio sobre as terras, desalojando os caboclos. Um, no entanto, oferece resistência. Trata-se de Gabriel, que, sem poder se contrapor ao outro, acaba se enterrando vivo na terra. Já no conto “Pirites”, um nordestino assassina e rouba o caboclo Vicente Mucuim, que havia confiado a ele um segredo: a descoberta de pedras supostamente preciosas. Assim, revela-se a visão preconceituosa que recaía sobre os nordestinos. Parasitários, como no primeiro conto, e ladrões das riquezas da terra, como no segundo. Além dos casos citados, destacam-se ainda mais dois em que eles são associados à barbárie. Em “Um homem bom”, um cearense exalta as qualidades de seu antigo chefe, cujas atitudes cruéis são tidas pelo primeiro como virtudes, ao ponto de definir esse chefe com o epíteto do título. No conto “Um conceito do Catolé”, contudo, nos é apresentado um nordestino com qualidades positivas: João Catolé. Este, no entanto, será vítima de uma tragédia praticada por um conterrâneo de nome Pedro Carapina, que, ao

sequestrar sua filha, o levou à ruína. Desse modo, percebe-se que os nordestinos, chamados genericamente na obra de “cearenses”, estão sempre atrelados a crimes.

Os nordestinos não poderiam ser esquecidos como tipos que habitaram a Amazônia. Eles chegaram a essa região para trabalharem nos seringais, extraíndo o látex da *Hevea brasiliensis*, o que, como aponta Euclides da Cunha (2019, p. 90), “equivale a expatriação dentro da própria pátria”. A condição de trabalho que encontravam era deplorável. Galeano (2016, p. 130) descreve-a:

Não só a febre; na floresta, também aguardava um regime de trabalho muito semelhante à escravidão. O trabalho era pago em espécie – carne seca, farinha de mandioca, rapadura, aguardente – até que o seringueiro saldasse suas dívidas, milagre que só raras vezes acontecia. Havia um acordo entre empresários para não dar trabalho a quem tivesse dívidas pendentes; os guardas rurais, postados nas margens dos rios, disparavam contra os fugitivos. Dívidas se somavam às dívidas. À dívida original, pelo transporte do trabalhador desde o Nordeste, agregava-se a dívida pelos instrumentos de trabalho, facão, faca, baldes, e como o trabalhador comia, e sobretudo bebia, pois no seringal nunca faltava a aguardente, quanto mais antigo ele fosse, maior era a dívida que acumulara. Analfabetos, os nordestinos eram vítimas indefesas dos passes de mágica da contabilidade dos administradores.

Por isso, Euclides da Cunha (2019, p. 58) diz, em *À margem da História*, que o seringueiro “é o homem que trabalha para escravizar-se”. A condição desumana à qual os seringueiros eram submetidos é reconhecida pelos autores; no entanto, nas obras, esse flagelo ainda não os tornava dignos de possuir a terra. Em “Judas-Ahsverus”, Euclides acusa a representação dos seringueiros na figura do boneco de Judas, que será malhado no sábado de aleluia. O seringueiro faz o boneco à sua imagem e semelhança, como forma de catarse. Em Alberto Rangel também encontramos uma passagem de inclinação bíblica sobre os seringueiros. Trata-se do conto “Maibi”. A personagem-título dessa narrativa alegoriza ao mesmo tempo a Amazônia e Jesus Cristo. Ela, como Cristo, foi traída, mas ao invés de trinta moedas de prata foi trocada pela transferência de uma dívida. No final também se torna mártir e, sendo o seu algoz um seringueiro, podemos afirmar que a representação de Judas também está prefigurada nos seringueiros de Rangel.

Assim, mesmo nos momentos tocantes, subjaz a inclinação ao descarte desses grupos; tanto dos nordestinos, quanto dos ribeirinhos, caboclos e indígenas. Krüger (2008, p. 17) alerta:

[Em o Inferno Verde] Se os nordestinos e caboclos são brutos e incapacitados para a tarefa de instalar a civilização, se a Amazônia, na condição de personagem, os rejeita, qual o destino que se torna implícito para tais seres? Evidentemente, o da inutilidade histórica, o que equivale ao

extermínio. Apesar de, na superfície, a obra os apresentar como vítimas ou personagens trágicos em luta inglória contra um poder superior, não podemos nos iludir.

Esse desejo, ora latente, ora manifesto, está presente desde a colonização. Interessante, inclusive, como Euclides e Rangel, mesmo assumindo uma postura cientificista, ecoam o imaginário místico dos primeiros navegantes. Nas suas naus, os europeus carregavam consigo uma série de signos religiosos, que condicionaram seus olhares sobre a nova terra. É o que aponta Neide Gondim em *A invenção da Amazônia*. Os colonizadores se valiam da dialética Inferno/Paraíso, do conceito de Terra prometida, bem como de outras marcas judaico-cristãs. Desse modo, desde a origem a Amazônia se revestiu de um caráter fantástico, que perdura até a contemporaneidade. Euclides da Cunha (2008, p. 25), em seu tempo, assinalou que “a Amazônia é a última página, ainda a escrever-se, do Gênese”, ou seja, atribui ao lugar uma natureza edênica.

Tudo isso, não obstante, é pano de fundo para a dominação. Se os homens que habitam a Amazônia não são os predestinados a usufruir dela, quem será? À essa pergunta, Rangel (2008, p. 163) responde na voz da própria Amazônia:

Sou a terra prometida às raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que, um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização, que os primeiros imigrados, humildes e pobres pionniere do presente, esboçam confusamente entre blasfêmias e ranger de dentes.

A Amazônia, portanto, estaria reservada ao homem cientificista, que coaduna com os ideais positivistas. Ele não só poderia, como deveria, por obrigação moral, explorá-la, pois, de acordo com o viés adotado por Rangel e Euclides, isso equivaleria a desenvolvê-la. Assim, acreditavam que a nova etapa histórica em que adentravam não admitiria mais modos de sociedade considerados primitivos. Daí, Cunha (2019, p. 39) compartilhar também, em *À margem da História*, o mesmo parecer de Rangel, a saber, o de que a Amazônia rejeita os indivíduos que a ocupavam naquele período:

A impressão dominante que tive, e talvez correspondente a uma verdade positiva, é esta: o homem, ali [na Amazônia], é ainda um intruso imperitante. Chegou sem ser esperado nem querido – quando a natureza ainda estava arrumando o seu mais vasto e luxuoso salão. E encontrou uma opulenta desordem...

O embasamento ideológico do autor de *À Margem da História*, em acordo com pressupostos colonialistas, foi bem explicitado por Sodré (1966, p. 35-36), em “Revisão de Euclides da Cunha”:

O problema da ideologia do colonialismo é tão flagrante em Euclides que pode ser indicado no contraste entre o texto do *Diário de uma Expedição* e o do grande livro em que se transforma. Naquele texto, realmente, não há uma só nota referente à inferioridade de raça, de clima, e apenas uma admite o fanatismo religioso como forma de paranoia, observação que, no domínio individual – Canudos era problema social e, portanto, coletivo –, pode ser aceita ainda hoje.

Mais adiante, acrescenta o ensaísta de orientação marxista que “a isto, escrito em 1897, vamos contrapor o que se segue, escrito entre 1898 e 1901, depois da consulta, da montagem dos andaimes, da articulação de materiais, do estabelecimento de uma cultura colhida nas melhores fontes da ideologia do colonialismo” (SODRÉ, 1966, p. 26).

Dessa forma eram explicados os confrontos do homem e a natureza, como se esta se antropomorfizasse para combater aquele. Em *Inferno Verde*, o conto “Terra Caída” mostra como a produção do caboclo está sujeita ao capricho do ambiente, que pode arrasar tudo repentinamente. É o que acontece, nesse conto, com o personagem José Cordulo, o qual perde seus bens devido à ação do rio sobre o barranco em que residia, fato que resultou em um deslizamento de terra. Sobre o rio, aliás, desde o relato dos primeiros cronistas na região, recai a função de agente de metamorfose do espaço. Cunha (2019) não deixa de observar isso:

[O rio] sempre desordenado, e revoltado, e vacilante, destruindo e construindo, reconstruindo e devastando, apagando numa hora o que erigiu em decênios – com a ânsia, com a tortura, com o exaspero de monstruoso artista incontentável a retocar, a refazer e a recomeçar perpetuamente um quadro indefinido...

Sendo assim, ao homem resta um papel passivo. Suas tentativas de insurreição contra o espaço resultam infrutíferas ou resultam em seu extermínio. No conto homônimo de *Inferno Verde*, o protagonista morre devido à ação dos vetores patológicos da Amazônia. Antes de expirar, sua revolta eclode ao bradar contra a região. Nessa narrativa, “compreendemos que se trata de uma alegoria: o homem não poderá vencer o organismo vivo e monstruoso que é a Hiléia” (KRÜGER, 2008, p. 10).

Nota-se, então, que os personagens do livro de Rangel representam, para além de si mesmos, um elemento maior. À luz disso, é possível afirmar que a criança deficiente de “A teima da vida” alegoriza a população local com seus costumes, que mesmo frágil ainda insiste em sobreviver. O homem amazônico, portanto, era tido como um ser fadado ao desaparecimento, o que é a mesma concepção euclidiana: “sobre a terra farta e a crescer na plenitude risonha da sua vida, agita-se, miseravelmente, uma sociedade que está morrendo...” (CUNHA, 2008, p. 26).

Também é exemplo de alegoria o personagem Flor dos Santos, do conto “Hospitalidade”. Tal qual a Amazônia, tem um aspecto hostil, ameaçador, e é cercado por lendas. Mas, ao mesmo

tempo, pode ser hospitaleiro com os visitantes, se acaso o queira. Cabe observar, não obstante, que essa é só uma faceta da região, que se caracteriza como um espaço ambíguo. Segundo Euclides da Cunha (2019, p. 162), “o homem [...] Insurge-se contra a natureza carinhosa e traiçoeira, que o enriquecia e matava”.

Assim é o imaginário sobre a Amazônia que Euclides da Cunha e Alberto Rangel manifestam: um enigma, repleto de contradições, reservado ao enriquecimento financeiro de grupos dominantes, mesmo que para isso seja necessário exterminar as populações locais.

Faz-se necessário ainda dizer que, em relação à Amazônia, o pensamento de Euclides tinha de se apresentar de modo diferente do que se observa em sua obra maior, com dados diversos. “Um deles é a interpretação dos surtos milenaristas, isto é, da escatologia dos jagunços – da mística do advento do Reino de Deus entre os seguidores do messias Antônio Conselheiro” (MERQUIOR, 2014, p. 312). Isso aqui era impossível. Afinal, esta era uma terra “à margem da história”.

CONCLUSÃO

A partir do que expusemos, é possível afirmar que Euclides da Cunha e Alberto Rangel exemplificam em suas obras a forma como a Amazônia era abordada no meio científico na primeira metade do século XX. Se nos tempos da colonização a exploração era justificada através de argumentos religiosos, no período dos autores que ora analisamos havia um esforço em sustentar essa exploração a partir de considerações tidas como “racionais”, que, na verdade, por mais que se apresentassem como ciência, se caracterizavam como retórica ideológica.

Ademais, se o europeu, à época de sua chegada à América, se apresentava como um benfeitor dos povos autóctones, uma vez que através da catequização levaria a eles o seu deus, na sociedade cientificista ainda se mantinha essa lógica. No entanto, o deus não era mais uma entidade sobrenatural. O deus, a ser levado a toda parte, era a Ciência.

É o que atestam as duas obras que analisamos. E, por serem duas, demonstram que tais preceitos não se restringiam ao universo de um único autor, mas sim a um panorama geral, que repercutia estigmas sobre a Amazônia como se fossem truísmos.

Nessa perspectiva a Amazônia, observou-se, é um deserto, precisando da intervenção estrangeira para se desenvolver e passar a existir no mundo, até mesmo em relação à História. Tal concepção criada pelo explorador não poderia ser mais conveniente ao próprio explorador. A intelectualidade daria o respaldo teórico. Verificando-se então que a condição da Amazônia permaneceu a mesma desde que as naus europeias a desbravaram, mas houve uma mudança de método: do teológico para o teórico.

Os teóricos, viesados pelo positivismo, atribuíram o “atraso” da Amazônia às populações que a habitavam. Precisavam, portanto, ser eliminadas, cedendo espaço, ou se

submetendo, aos homens de ciência dos grandes centros urbanos, que se autodeclaravam uma “raça forte”.

A questão racial, inclusive, era posta para dar um caráter natural à dominação. Novamente há uma aproximação com os colonizadores europeus. Se aos europeus era destinada a nova terra, a Canaã, por vontade divina, aos exploradores modernos, do mesmo modo, essa terra prometida estava reservada por ordem da natureza.

Embora a ciência contemporânea tenha refutado e rechaçado as proposições preconceituosas que predominaram nos séculos passados, tais pontos ainda povoam o imaginário sobre a Amazônia. Esta continua sendo tida como um espaço vazio culturalmente, como se fosse uma mina abandonada esperando ser explorada.

Quanto às populações que a habitam, ainda são tratadas como modelos de existências exóticas e primitivas, pois ainda o que perdura como regra é o modelo de sociedade dos centros urbanos, marginalizando-se tudo que foge a ele.

Sendo assim, a análise de como essa ideologia se converte esteticamente continua relevante, uma vez que as representações sobre a Amazônia reproduzem esse imaginário construído historicamente.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Afrânio. Os Sertões, obra de ficção. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, v. II. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, p. 57-62.

CUNHA, Euclides da. À margem da história. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

CUNHA, Euclides da. *Obra completa*. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. 2 v.

CUNHA, Euclides da. Preâmbulo. In: RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 6.ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Martin Claret, 2016.

FREYRE, Gilberto. Euclides da Cunha, revelador da realidade brasileira. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, v. I. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, p. 17-31.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. 3.ed. Manaus: Editora Valer, 2019.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2016.

KRÜGER, Marcos Frederico. Grande Amazônia: Veredas. In: RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*. 6.ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Globo, 2009.

MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides*: breve história da literatura brasileira. São Paulo: É Realizações, 2014 (Biblioteca José Guilherme Merquior).

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. O Espírito literário na obra de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, v. II. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, p. 63-71.

PIZA, Daniel. *Amazônia de Euclides*: viagem de volta a um paraíso perdido. São Paulo: Leya, 2010.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde*: cenas e cenário do Amazonas. 6. ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. Revisão de Euclides da Cunha. In: CUNHA, Euclides da. *Obra completa*, v. II. Org. Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966, p. 11-55.

Recebido para publicação em: 10 maio 2021.

Aceito para publicação em: 8 set. 2021.